Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus — Orgão do Movimento de Esquerda Socialista — Ano I N.º 16 / 12 Fevereiro de 1975 Preço 3$00

CLASSE OPERÁRIA: PRESENTE !

— o 7 de Fevereiro

Face à crise económica e à opção fundamental que neste momento se decide em Portugal entre um autoritarismo de direita de fachada democrática e avanços decisivos no sentido do socialismo, os trabalhadores da EFACEC-INEL, reunidos em Plenário decidiram tomar a inicitiva de uma grande manifestação unitária, em Lisboa, contra o desemprego. — «O desemprego é uma consequência inevitável do sistema capitalista. Cabe aos trabalhadores destruir este sistema e construir um mundo novo».

Outras empresas aderiram à iniciativa vindo a convocação a ser subscrita por trabalhadores de várias empresas organizadas num grupo de coordenação de luta interempresas.

O M.E.S. aderiu também a esta iniciativa, tornando pública esta adesão num comunicado do secretariado da Organização Regional de Lisboa, datado de dia 5, nos seguintes termos:

A perspectiva em que esta manifestação surge — traduzida não só no texto de convocação divulgado mas também na luta desenvolvida pelos trabalhadores de várias empresas que nela estarão presentes — leva o Movimento de Esquerda Socialista a apoià-la.

Consciente de que, neste momento, em Portugal, nas **movimentações unitárias conduzidas pelos trabalhadores se joga de forma decisiva a luta anticapitalista consequente,** o M.E.S. apoiará de forma inequívoca esta acção dos trabalhadores.

Desde já repudiamos toda e qualquer tentativa de instrumentalização desta manifestação, tentativa que acreditamos os trabalhadores presentes saberão denunciar.

Os militantes do Movimento de Esquerda Socialista estarão presentes e actuarão de acordo com esta perspectiva de contribuir para o **avanço da organização e da luta unitária e autónoma dos trabalhadores.**

Denunciamos o silêncio que os meios de informação têm feito quanto a esta movimentação operária e anticapitalista.

Denunciaremos também as posições de todas as organizações que neste momento procuram deturpar o sentido desta luta, como se não soubessem que ela é de facto uma acção anticapitalista dirigida e apoiada por vários militantes que têm estado presentes em algumas das mais importantes lutas operárias dos últimos meses em Portugal.

EDITORIAL

No decisivo momento que atravessamos, e que antecede as eleições, o desenrolar da luta de classes vai-se encarregando de combater a confusão que as forças ao serviço da burguesia lançam no seio dos trabalhadores.

Numa situação em que a burguesia financeira, industrial e agrária envereda declaradamente pela sabotagem económica, tentando desesperadamente aproveitar-se do agravar da crise económica para restabelecer a sua dominação política autoritária e defender os seus privilégios ameaçados.

Numa situação em que a reacção capitalista vai cerrando fileiras, interna e internacionalmente, em que o imperialismo se empenha em mostrar que não está disposto a tolerar grandes transformações em Portugal e em que os partidos fascizantes vão ganhando ousadia.

Numa situação em que o M. F. A. necessariamente se vai apercebendo não só de quais são os verdadeiros problemas nacionais, afinal os problemas das massas trabalhadoras, mas, sobretudo, **da rede de contradições em que se move. Contradições que consistem na tentativa de conciliar o irreconciliável e de pensar que a reacção capitalista se desarma pelo simples facto de não lhe dar pretextos para actuar.**

Numa situação em que base económico-social do fascismo se mantém intacta nove meses depois do 25 de Abril.

A classe operária, à frente dos restantes trabalhadores, organizando-se, combatendo a exploração, o desemprego a sabotagem económica, **mostra que a hora é efectivamente de acções concretas.**

Continua na pág. 2

EDITORIAL

Continuação da pág. 1

Ao ocuparem as fábricas e as terras que o patronato explorador deixa ao abandono ou sabota declaradamente **os trabalhadores mostram bem que na situação actual não se pode actuar com hesitações, mas com firmeza e decisão.**

Ao exigirem, como na Eurofil, que seja o patronato a suportar as dívidas que contraiu deliberadamente e não o Estado, **os trabalhadores mostram que a solução para a crise económica em curso tem de ser obtida à custa dos interesses dos capitalistas.**

Ao trazerem de novo à ordem do dia a questão do saneamento, **os trabalhadores mostram claramente que o começo de saneamento civil e militar que se fez é insuficiente**, e que o verdadeiro saneamento tem de ser baseado na iniciativa popular, na iniciativa dos que defendem o avanço do processo revolucionário, e não em preceitos legais que têm permitido que sejam os que devem ser saneados a dirigir, em muitos casos, o saneamento.

Ao manifestarem-se contra o desemprego e a provocação imperialista da N. A. T. O., não obstante a proibição conciliatória, **os trabalhadores mostram que estão dispostos a tomar a iniciativa na luta contra o avanço das forças direitistas e reaccionárias.**

Ao fazerem do 7 de Fevereiro uma jornada de luta, **os trabalhadores mostram que estão dispostos a reforçar e defender os órgãos de poder que criaram no desenvolver das suas lutas**, as comissões de trabalhadores. A defendê-los quer das investidas do patronato, quer das forças reformistas que, sentindo muitas comissões de trabalhadores fugir-lhe do controlo, tudo tentam para reduzir a organização nos locais de trabalho aos limites sindicais onde as suas posições são dominantes.

Numa fase decisiva do processo aberto pelo 25 de Abril, e aprofundado no 28 de Setembro, em que a luta pelo socialismo está em toda a sua extensão na ordem do dia, os trabalhadores mostram-se efectivamente preparados para ela.

Numa fase em que é fundamental reforçar a unidade revolucionária dos explorados e oprimidos no seio dum poderoso movimento de massas anticapitalista não há lugar para sectarismos partidários, impondo-se uma crescente unidade de acção das forças que efectivamente combatem o capitalismo e o imperialismo. Combate que implica, simultaneamente a luta contra o reformismo e esquerdismo no seio do movimento operário.

No período eleitoral que se avizinha em que a burguesia tentará desviar os trabalhadores da sua verdadeira luta, para recuperar as posições perdidas e amarrar M. F. A. aos seus interesses de classe, **é fundamental manter a iniciativa operária e popular na luta contra o desemprego, a subida do custo de vida e a sabotagem económica.** Na fase actual é fundamental fazer na luta pelo saneamento um verdadeiro motor do processo de destruição da base que sustentou o fascismo. **Na fase actual é fundamental lutar contra as eleições burugesas apontando o caminho de uma Assembleia Popular, verdadeira expressão da vontade os trabalhadores organizados e passo importante no fortalecimento da aliança entre os oficiais progressistas do M. F. A. e as massas populares em movimento e em luta.**

INTER-EMPRESAS CONTRA DESEMPREGO

Num momento em que o imperialismo internacional e os seus aliados em Portugal procuram recuperar os avanços anticapitalistas realizados após o 25 de Abril, cumpre às massas trabalhadoras uma resposta decidida a essa ofensiva.

Sendo esta manifestação uma iniciativa que claramente defende os interesses da classe trabalhadora — **numa fase, em que a repressão exercida pela burguesia se faz sentir de forma duríssima através dos despedimentos, numa fase em que o M.F.A. tem de avançar medidas revolucionárias que defendam na prática os interesses da classe trabalhadora — toda a acção que deturpe ou reprima esta manifestação é objectivamente contrária à unidade POVO/M.F.A. e ao avanço do processo revolucionário.**

Entretanto, o Governo Civil de Lisboa, proibiu qualquer manifestação pública a realizar entre os dias 7 e 12 do corrente.

Enquanto várias organizações aderiram — **L.U.A.R., U.D.P. e outras** — o **P.C.P.** e o **M.D.P./C.D.E.** manifestaram dúvidas quanto à representatividade das entidades organizadoras e quanto às «verdadeiras intenções» da manifestação, concordando, na generalidade, com a proibição da realização, «dado que quaisquer recontros com os militares da NATO favoreceriam os objectivos da reacção». Também os principais organismos sindicais concordaram nesta análise: Tanto a **Intersindical** como a **União dos Sindicatos do Sul** emitiram comunicados neste sentido. No desta última podia ler-se nomeadamente: «trata-se de mais uma tentativa de lançar a confusão no seio dos trabalhadores pois as palavras de ordem e a sua organização à margem das estruturas representativas dos trabalhadores são bem a demonstração das verdadeiras intenções dos seus organizadores».

Assim, mais uma vez estas organizações optaram pela denúncia e calúnia das iniciativas que não controlam, venham elas de onde vierem, defendam ou não os interesses da classe operária e seus aliados.

Simultaneamente o **M.R.P.P** dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra anarco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária».

- Demonstração de consciência revolucionária

Apesar de todas estas manobras de desmobilização, da repetição em todos os noticiários e jornais do comunicado do Governo Civil, contrastando com a pouca divulgação dada aos comunicados convocadores a partir das 18 horas muitos milhares de trabalhadores começaram a confluir aos locais de concentração para transformar o 7 de Fevereiro numa jornada de extrema importância na caminhada para o socialismo, pela demonstração de consciência revolucionária e organização em que viria a traduzir-se.

A manifestação partiu da praça do Comércio e foi engrossando no percuso com a integração de numerosos rrupos, atingindo o Marquês de Pombal com algumas dezenas de milhar de pessoas. Aí o interminável cortejo deteve-se demoradamente enquanto elementos da comissão organizadora parlamentavam com elementos das Forças Armadas estacionadas no local. Discutia-se a passagem ou não pela Av. Duque de Loulé onde os elementos das F.A. temiam incidentes junto à embaixada Americana, dado o tom anti-NATO da manifestação e a indignação causada pelas manobras militares desta organização imperialista em Portugal.

Perante os milhares de gritos PR'A FRENTE, PR'A FRENTE o cortejo retomou a marcha para se voltar a deter alguns metros adiante, em frente dos chaimites que barravam a passagem. Depois de conversações e face à firme determinação dos milhares de trabalhadores e militantes que gritavam — **marinheiros e soldados também são explorado** — os chaimites desimpediram a faixa esquerda da Avenida, permitindo que o longo desfile prosseguisse a marcha, em silêncio, protegido por um impecável serviço de ordem e enquadrado por cordões de manifestantes de mãos dadas.

Aliás a organização e a disciplina patentes desde o início do percurso demonstraram à evidência o carácter despropositado das apreensões» dos partidos e organismos que se pronunciaram pela proibição da manifestação, mais uma vez se tendo provado que é no terreno da luta de massas que se desmascaram e isolam os provocadores (e não evitando e proibindo todas as actuações onde elas «possam» ter lugar).

Os trabalhadores souberam mostrar que a firmeza dos objectivos se não confunde com infantilismos de processos ou pseudo-radicalismos de actuações. Organização e disciplina são, pelo contrário, armas fundamentais da classe operária na luta diária que trava pela sua libertação.

É note-se, que se a luta contra o imperialismo e saída de Portugal da NATO e da NATO de Portugal eram componentes importantes do significado da manifestação, as palavras de ordem contra os despedimentos e contra o capital não o eram menos. E isto é de extrema correcção, visto que a luta pelo socialismo é uma luta global, contra a exploração e a opressão sob todas as formas que elas revestem.

Atingida a Praça de Londres, improvisou-se um comício em frente ao Ministério do Trabalho onde representantes de várias empresas convocadoras pronunciaram palavras de ataque ao capitalismo e de denúncia do reformismo que domina as direcções dos sindicatos e desenvolve uma política de colaboração de classe com a burguesia.

Pena foi que à denúncia verbal se não juntasse a definição dos métodos a utilizar para transformar as organizações assim controladas em poderosos movimentos de massa anticapitalista. Chamar amarelos aos sindicatos não basta! Há que saber compreend as razões históricas objectivas que levam a tal estado de coisas de modo a permitir traçar uma táctica correcta em ordem à sua transformação. Há que saber abandonar a atitude sobranceira de «detentor da linha justa» e **sujar as mãos** no seu confronto com o leque variado de posições implantadas no terreno da luta de massa no sentido de disputar a sua condução ao reformismo, forjando aí uma alternativa global a todos os sistemas de dominação e opressão.

O 7 de Fevereiro saldou-se como importante marco na luta anticapitalista em Portugal. Há que prosseguir na organização e consciencialização da classe operária e seus aliados, única forma segura de garantir o avanço do processo revolucionário e da luta pelo socialismo para construir o comunismo.

GREVE — SIM! «LOCK OUT» — NÃO!
TRABALHO EVENTUAL NÃO! **TODOS** EFECTIVOS
HORAS EXTRAS — NÃO
REDUÇÃO DE HORÁRIO — SIM
3000$ — SALÁRIO DE FOME
CONTRA OS DESPEDIMENTOS /
UNIÃO DA CLASSE OPERÁRIA
NÃO AO DESEMPREGO — ABAIXO O CAPITALISMO
FORA A N.A.T.O. — INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Encontro de militantes anti-coloniais

..Realizou-se no CIDAC, na passada 5.ª feira, dia 6-1-75, a primeira reunião de informação destinada a militantes anticolonialistas. Intervieram neste encontro 3 participantes do grupo de professores militantes que orientaram um seminário pedagógico na Guiné-Bissau, durante as férias do Natal.

A sessão abriu com a projecção de diapositivos que proporcionou uma primeira aproximação da realidade da Guiné-Bissau e permitiu uma reflexão crítica sobre essa mesma realidade, nomeadamente quanto aos aspectos da herança colonial.

Seguiu-se uma breve exposição sobre os obejctivos da iniciativa que se traduzem na colaboração na formação de pessoal docente da Guiné-Bissau, através de um curso intensivo de formação acelerada a realizar durante dois meses nas férias de Verão. Assim, o seminário pedagógico, agora realizado, permitiu os primeiros contactos e um levantamento de dados necessários à efectivação do curso de formação.

Abordaram-se em seguida problemas relativos à situação caótica do ensino deixada pelo colonialismo, aos conteúdos do ensino, à política educacional, ao perigo do neo-colonialismo e da transplantação de um certo liberalismo europeu, às alterações dos programas e do curriculum, à necessidade de vigilância por parte dos professores estrangeiros viciados por toda uma estrutura de tradição europeia, e à consequente exigência de uma atitude internacionalista da parte desses professores.

Salientou-se ainda a premência da formação de quadros locais e o contributo superficial e imediatista do «empréstimo» de professores. Focou-se ainda a necessidade de um rigoroso critério deselecçãodos professores estrangeiros, interessados em trabalhar na Guiné-Bissau.

A sessão terminou com um vivo debate que envolveu a assistência.

O Movimento em movimento!

..Levando à prática uma ampla campanha de propaganda, esclarecimento e discussão política, para a criação de um **amplo movimento de massas anticapitalista** tem o nosso Movimento realizado vários comícios e sessões de esclarecimento.

Ressaltando da própria concepção organizativa que perfilhamos não têm estas realizações, vitais para nosso Movimento, sido autopropagandeadas, nem tão-pouco a Imprensa burguesa as tem feito ressaltar tanto como a certos pormenores «pitorescos» da vida interna do nosso Movimento.

Apesar daquela concepção e desta limitação, o nosso Movimento tem vindo a expandir-se regularmente, sendo hoje possível anunciar a realização de comícios e sessões de esclarecimento em cidades como Santarém ou como em Alpiarça.

É possível anunciar regularmente a abertura de novas sedes.

Serámuitobrevementepossível anunciar a legalidade do M.E.S. sem ter de recorrer a «horas extraordinárias» ou a agências especializadas.

Apesar das dificuldades financeiras, e do cerco de calúnias, o Movimento organiza-se; expande-se; enraiza-se; prepara-se seriamente para os combates decisivos dos próximos tempos.

O M.E.S. realizou na semana passada vários comícios e sessões de esclarecimento subordinadas à discussão da situação política portuguesa e às tarefas revolucionárias dos trabalhadores no actual momento:

Guarda 4 Fev.

Lisboa/Ajuda 5 Fev.
S. Domingos de Benfica, 5 Fev.
Casal Ventoso, 5 Fev.

Aveiro 7 Fev.

Braga (com outras organizações políticas), 2 Fev.

Fafe (mesa-redonda com outras organizações políticas), 7 Fev.

S. Pedro do Sul, 8 Fev.
Beja 10 Fev. às 21.30 horas.

PRÓXIMOS COMÍCIOS

13 FEV, 5ª FEIRA
Lisboa, Fima-Lever, 18.30 horas

15 FEV., SÁBADO
Guarda, 21.30 horas
Carnaxide, Queijas, 21.30 horas
Santarém, 21.30 horas
Alpiarça, 21.00 horas
Espinheira, 20.00 horas
Viseu, 21.30 horas

16 FEV., DOMINGO
Ponte de Lima, Moreira do Lima

19 FEV., 4.ª-FEIRA
Lisboa, Pav. dos Desportos, 21.30 horas

Juventude do M.P.L.A. —MES

Esteve na sede da nossa organização, o representante da juventude do M.P.L.A., o camarada AMILANO, para um encontro com os representantes da juventude do M.E.S.

Durante o encontro, no qual foram abordados formas de futuras ligações entre os nossos movimentos e de acções concretas de apoio ao povo angolano, por parte do povo português, foi reafirmada a posição do nosso movimento de reconher o M.P.L.A. como vanguarda do povo angolano.

PROGRAMA DA JUVENTUDE DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

1 — Lutar ao lado das organizações juvenis pela liberdade e independência, progresso e dignidade do povo angolano.

2 — Criar entendimento e união de todos os jovens angolanos e denunciar todas as manobras de divisão.

3 — Desenvolver a acção da J.M.P.L.A. fundando novas secções de regiões, zonas, sectores e locais.

3 — Combater vigorosamente o analfabetismo e o obscurantismo entre os jovens angolanos e elucidá-los sobre os objectivos da revolução.

5 — Participar e acelerar a formação de quadros técnicos e administrativos de Angola.

6 — Criar um grupo modelo da mulher revolucionária de Angola.

7 — Fundar grupos de desenvolvimento da arte e cultura angolanas.

8 — Criar milícias e células secretas no interior de Angola ao dispor da luta armada.

9 — Lutar pelo estabelecimento de um regime democrático e laico para Angola.

10 — Estabelecer relações de amizade e solidariedade com os jovens africanos e de todo o mundo.

11 — Organizar periodicamente, de 4 em 4 anos, o congresso de toda a juventude angolana.

12 — Criar nos países estrangeiros comités de apoio à juventude e à luta do povo angolanao.

13 — Prestar assistência e enquadrar todos os jovens angolanos.

ANGOLA-CAZOMBO: 20 de Setembro de 1974

Aos camaradas leitores

. O nosso jornal existe, entre outros aspectos políticos, para divulgar as lutas e os processos que os trabalhadores avancem no sentido de defesa dos seus interesses e pela sua emancipação. Assim, o «E.S.» solicita a todos os camaradas e leitores o seu contributo, a sua colaboração, enviando para a nossa redacção todas as notícias e todos os testemunhos de luta — bem como a colaboração individual que não diga respeito a lutas concretas mas se insira no processo político português. Tal colaboração será mais um contributo real e actuante nesta luta d e c i s i v a em que estamos empenhados e permitirá assim alargar a todos os leitores do «E.S.» as experiências, os avanços e as análises políticas que se forem fazendo no país. O envio de colaboração deve ser feito por correio para a Redacção, na Rua Rodrigues Sampaio, 79, R/C esq.º — Lisboa.

HORÁRIO DA SEDE DO JORNAL

2.ª, 3.ª feira 17.00/20h 21.30/24h
4.ª feira 11.00/13h 17.00/20h 21.30/24h
5.ª, 6.ª feira 17.00/20h 21.30/24h
Sábado 18.00/20h
Domingo 18.00/20h 21.30/24h

O «E.S.» VENDE-SE

EM FRANÇA
Librairie Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Telf. 033.46.16)

NA BÉLGICA
Librairie L'Oeil Savage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

SEDES

Aveiro Av. Araújo e Silva 22
Beja Praça da República, 34
Braga Av. da Liberdade, 354 2.º
Castro Verde R. Nascimento Costa
Coimbra
Faro R. Castilho, 9
Guarda R. Marquês de Pombal 1.º
Lisboa Av. D. Carlos 1, 146, 1.º dt.º Tel. 607 127 e 607 128. R. Rodrigues Sampaio 79, r/c Tel. 535 438
Portalegre R. da Oliveira 61
Porto R. 31 de Janeiro, 150 2.º Tel. 319 569
S. Pedro do Sul L. de S. Sebastião
Seia R. Capitão Antonio Dias
Setúbal R. José Adelino 13, ao L. da Fonte Nova.
Peniche R. Salvador Francisco, 54
Ponta Delgada R. Tavares Resende 100
Viana do Castelo R. Altamira, 65/67

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Composto e impressão em Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano 44, Lisboa
Jornal semanal / todas as 4.ᵃˢ feiras

MOTORISTAS DE SETÚBAL: SIM OU NÃO À INTERSINDICAL?

O Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal (antigo Sindicato dos Motoristas) tem vindo a desempenhar um importante papel não só de apoio às lutas dos motoristas daquele distrito, mas tem também, pela sua acção decidida, conseguido mobilizar trabalhadores de outros ramos de actividade como sucedeu, por exemplo na Empresa Xavier de Lima.

Por outro lado, este Sindicato, que apesar de não se encontrar filiado na Intersindical não é um sindicato isolado, está ainda empenhado na construção, a partir da base, de uma Federação Nacional dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários, porque entende que «quantos mais formos e mais unidos estivermos, melhor defenderemos os nossos interesses».

Dada a importância que assumem as lutas travadas pelos motoristas de Setúbal e a necessidade de as divulgar o mais possível, o «E. S.» viu interesse em contactar com alguém empenhado nesse processo, que, no caso, foi Daniel Marcela Beles, o presidente da direcção do Sindicato, para que nos falasse das lutas travadas e também sobre o sindicato e a sua não adesão à Intersindical.

Logo a 25 de Maio, após o saneamento da anterior direcção, entrou em funções uma comissão directiva que veio a ser formalmente eleita a 15 de Setembro, tomando posse a 25 do mesmo mês.

SINDICATO

Tratava-se de uma lista unitária composta por elementos das diversas regiões e empresas do distrito, incluindo assim reformistas e revolucionários, cujo único factor de coesão era a construção de um sindicato verdadeiramente representativo dos trabalhadores.

«— **A maioria pouco percebia de política, mas tinham uma força de vontade indomável.** Foi agindo sempre com audácia e não com manobras reformistas que enfrentámos a entidade patronal. Não se pode ser meias-tintas, não saber para onde se há-de tombar.

É preciso conhecimento político, saber como se hão-de defender intransigentemente os interesses da classe. E, a pouco e pouco, os elementos da direcção foram-se apercebendo desta verdade. É que, quem vai negociar na empresa ou no Ministério do Trabalho, disposto a ceder, está derrotado de antemão!»

«— **As pessoas estão agora esclarecidas que é na luta!** — e não travando-a, **que nós conseguiremos alcançar os nossos objectivos e defender os nossos interesses.**»

«Com orgulho digo que este sindicato está, neste momento, ao serviço efectivo dos interesses do sector dos motoristas. E não só dos motoristas, porque resolvemos alargar o sindicato aos cobradores, ajudantes e manobradores de máquinas. O Sindicato dos Motoristas passou a ser Sindicato dos Transportes Rodoviários. Somos mais, estamos mais unidos. **É aquilo a que se chama um sindicalismo vertical, mas de classe.** Nada de misturar «engenheiros com operários». Não, aqui somos todos da mesma classe, com os mesmos interesses, a mesma luta contra os mesmos patrões!»

De entre as lutas desencadeadas pelos motoristas de Setúbal e que tiveram sempre o apoio do seu sindicato destacamos:

XAVIER DE LIMA: «A nossa actuação conseguiu unir todos os trabalhadores, motoristas ou não. Rejeitámos o despedimento de 15 motoristas e vencemos: os três «amarelos que não tinham sido despedidos porque eram colaboracionistas com o patrão, traidores da classe, em presença da nossa vitória, viram-se obrigados a pedir a demissão.

«Impedimos a sabotagem de empresa: o patrão queria vender o material automóvel e nós — de armas na mão! — arrancámos as viaturas do parque e levámo-las para outro local. Já nos vieram oferecer dinheiro pelos carros, mas nós não aceitámos. Aquilo é a nossa ferramenta e lutaremos até ao fim pelo nosso direito ao trabalho.

Não nos queriam pagar os ordenados e nós obrigámo-los a isso: queriam pagar em cheque mas fechámos o administrador toda a noite nas instalações e no dia seguinte os trabalhadores recebiam o dinheiro. Isto uniu até os empregados de escritório, que então compreenderam a necessidade de lutarmos juntos.»

DURIFORTE em Almada: «Os motoristas responderam à proposta de despedimentos feita pelo patrão mas a sua luta não foi coroada de êxito completo, e isto por duas razões: o esmorecimento de alguns trabalhadores que aceitaram as indemnizações, e a atitude dos meninos vendedores do jornal «A Verdade» que só veio a atrapalhar tudo e fazer com que os trabalhadores desanimassem. Não acreditavam que assim, aquilo fosse uma luta a sério com chances de ganhar. Se esses meninos estivessem quietos e deixassem os trabalhadores dar uma solução aos seus próprios problemas, tudo se teria resolvido a nosso favor».

TRANSUL: «Ao fim de algum tempo de luta — e os patrões conhecem a raça dos trabalhadores da Transul, que já antes do 25 de Abril fizeram uma greve — o ordenado mínimo naquela empresa, para o pessoal dos transportes, passou a ser de 7300 escudos».

CONDOTTE D' ACQUA em Sines: «Em virtude de uma luta que começou com a questão dos horários impostos pelos chefes, sem ouvir os trabalhadores, saneámos três encarregados italianos e agora estamos a fazer um estudo da empresa. Continua em laboração sem a presença, porém, dos italianos».

— Neste momento os **instrutores de condução** paralizaram o trabalho, numa «confrontação de protesto», pela melhoria de salários.

INTERSINDICAL E UNICIDADE SINDICAL

— **Defendemos um sindicato único, uma central sindical única, mas construída pela base e não pela cúpula.** Todos nós sabemos como em França a existência de diversas centrais sindicais só tem servido para trair os trabalhadores. Porém, é um engano pensar-se que uma central sindical única pode, por si só, resolver os problemas dos trabalhadores, se fôr construída de cima para baixo, como é o caso da Intersindical. Assim, em Setembro discutimos a nossa entrada na Intersindical. Mas explicou-se aos camaradas quem era o sr. Canais Rocha, o que era o partido do Álvaro Cunhal, o que pretendiam fazer da Intersindical: uma organização reformista, burocrática, de cúpula e de colaboração de classes.

«Nessa altura, os camaradas decidiram não entrar na Intersindical, porque não estavam esclarecidos sobre os fins dessa organização.

Porém esse assunto vai voltar a ser discutido agora. **Ora bem, nós sempre afirmámos que não temos medo de ir para a Intersindical, lutar lá dentro, contra o reformismo.** Achamos é que sozinhos, de pouco valemos. Mas também sabemos que já há muitos mais sindicatos que pensam como nós. Se tivermos de ir para a Inter, será para continuar a lutar como até agora.

E mostrou-se recentemente como a Intersindical e a União dos Sindicatos do Sul quiseram sabotar a manifestação operária do dia 7, a que nós demos o nosso inteiro apoio.

Os companheiros já perceberam que não seríamos capazes de defender os nossos interesses, se não estivéssemos mentalizados de que a força está nas nossas mãos, na nossa luta, e não no Secretariado da Intersindical».

Pescadores —reforçar a organização

A classe piscatória tem revelado nestes últimos dias uma forte combatividade, e um raro sentido de luta. E disso são prova inequívoca a greve dos pescadores da Póvoa e Vila do Conde, onde a decisão governamental acabou por se inclinar para as exigências, duramente defendidas, dos pescadores, e a greve dos pescadores da sardinha do Algarve, reeivindicando entre outras coisas a garantia de salário mínimo nacional para os doze meses do ano mês de férias e subsídio de Natal, indemnização de 150 contos por morte ou imobilização e outras melhorias relacionadas com a partilha do pescado.

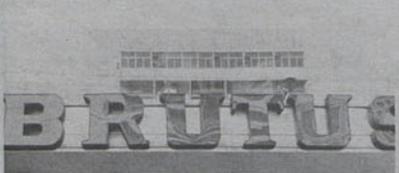
Mas se a luta veio evidenciar toda a combatividade de classe dos pescadores, revelou por outro quanto se impõe ainda um reforçamento organizativo. No caso da Póvoa do Varzim, a demora na obtenção da vitória final, as dificuldades apresentadas pelos mestres, que lançaram mão de toda a espécie de chantagens divisionistas da classe, veio pôr à prova a consistência organizativa da classe, que chegou a ver-se em riscos de divisão, instrumentalizada pelos mestres-armadores. Com efeito, **manifestou-se como imperiosa, no caso da Póvoa de Varzim, a necessidade de se consolidar a organização da classe a nível nacional,** de forma a fazer face em termos nacionais a manobras que só se aguentam por tanto tempo porque não encontraram uma resposta enérgica e pronta por parte dos trabalhadores.

Cabe aqui, chamar a atenção para a necessária estruturação nacional dos pescadores, a partir de uma estratégia de criação de núcleos organizativos de base em cada povoado piscatório, em cada porto de pesca. Momentos de luta como os que se verificaram no Norte e no Sul nesta última semana, e nas que a precederam, exigem uma solidariedade nacional dos pescadores, que só uma organização nacional de classe estará em posição de garantir cabalmente.

Por outro lado, **o caso da Póvoa de Varzim veio demonstrar a justeza da posição que defende que os sindicatos de pescadores só podem admitir como sócios pescadores, e quando muito mestres desde que não sejam armadores.**

Ficou bem patente o aspecto antagónico dos interesses dos mestres-armadores e dos pescadores, e quem leva a melhor quando se procura descer a pactos colaboracionistas.

BRUTUS

PATROES ORGANIZAM GOLPE DE COMANDOS

Face à obstinação dos patrões, os trabalhadores tomaram conta da produção, mantendo a empresa em funcionamento até que a situação seja resolvida. Um comunicado dos trabalhadores explica a situação:

Na Alfaiataria Brutus os trabalhadores estão em luta, até às últimas consequências, para que não haja nem um despedimento. O patrão fez um acordo no dia 2 de Janeiro em como não despedia o nosso camarada. Menos de um mês depois rompeu o acordo sem previamente, ter tido nenhuma conversação com trabalhadores, sem apresentar quaisquer razões.

Mas as intenções dos patrões eram outras: ficou esclarecido que o patrão queria era desfazer-se de todos os trabalhadores da oficina não importando que, para isso tivesse que desfazer-se da CASA BRUTUS

Mas todos os colegas, da oficina e do balcão decidiram e reafirmaram em três plenários em conjunto não admitir o despedimento do camarada.

Perante a total recusa do patrão os trabalhadores não tiveram outra solução:

— TOMAR TODAS AS INSTALAÇÕES DA FIRMA

— NÃO PERMITIR A ENTRADA DA ENTIDADE PATRONAL

Mais resolveram os trabalhadores.

— Iniciar a laboração na oficina da alfaiataria

— Abrir as lojas

— Passar a trabalhar mais do que nunca mantendo todos os postos de trabalho.

NÃO QUEREMOS, NÓS TRABALHADORES, SER PATRÕES DA CASA BRUTUS

QUEREMOS QUE, VENHA O PATRÃO QUE VIER — NÃO PREJUDIQUE OS NOSSOS INTERESSES

Na segunda-feira, às 9 da manhã, os patrões acompanhados de várias pessoas, tentaram entrar de surpresa na loja ocupada. Falharam o golpe devido à acção pronta de resistência empreendida pelos piquetes de trabalhadores.

À hora a que encerramos a redacção, os patrões e os «amigos» continuam a rondar a loja, mantendo-se alerta os piquetes para o que possa acontecer.

Lavandaria Matirol: já basta !

Os trinta trabalhadores da Matirol chegaram ao limite da sua paciência. Já não era mais suportável a situação de sobre-exploração em que viviam. Enfrentando a realidade, decidiram passar a gerir eles próprios a lavandaria em que trabalham e defender com ambas as mãos o seus direito ao trabalho.

Além de não receberem o salário mínimo nacional, os trabalhadores da Matiol — sempre sujeitos à tirania do patrão — **sentiram pairar sobre as suas cabeças uma permanente ameaça de despedimento, de desemprego, de fome.**

Na Matirol, tudo gira à roda da vontade discricionária do patrão, um tal dr. Ferreira: a lei não tem qualquer valor para o sr. dr.

Quanto paga este patrão? Ora, de 50 a 93 escudos por dia, e isto porque «tem pena dos trabalhadores...», quando não, «já há muito que tinha fechado as portas».

gana, resolve-se a «aumentar» um trabalhador qualquer — mas cuidado, não vão eles habituar-se a esbanjar! — **nunca mais de cinco a sete tostões diários...**

Os limites mínimos de idade para tabalhar, são letra morta para o patrão. Na lavandaria trabalham até raparigas até raparigas de treze anos de idade (que entraram com 12). E o mais espantoso de tudo é que, nos recibos, descontam para a Caixa! No entanto, quando uma das moças se aleijou, na Caixa disseram-lhe que não tinha direito a assistência.

Horário de trabalho? Muito simples: **nada mais, nada menos do que 49 horas, quando não atinge as 52/53 horas semanais, sem qualquer gratificação especial.** E horas extraordinárias, sejja de tarde, seja de noite, a «chapa» é única: 50 por cento.

As férias também são à vontade do patrão: às vezes dá 8 dias, outras vezes 15. Subsídios, há-os quando os há.

A juntar a tudo isto falta ainda referir as péssimas condições de trabalho na Matirol: falta de ventilação, salas excessivamente quentes ou frias, tectos baixos e cheiros tóxicos, entre outras.

Na semana passada, quando uma trabalhadora da Matirol se dirigiu ao Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, para se informar acerca do Contrato Colectivo de Trabalho, verificou, com espanto, que nem ela nem as suas colegas estavam sindicalizadas. Imediatamente e por proposta do Sindicato, foram eleitas duas delegadas sindicais e pedida uma inspecção do Ministério do Trabalho à empresa.

Em reunião no Ministério do Trabalho o patrão desmascarou-se por completo «despedindo» ali mesmo uma delegada sindical e insultando os representantes do Sindicato e do Ministério.

Tornando-se impossível negociar com tal espécie de pessoa e tendo os trabalhadores sido ameaçados pelo patrão de que a empresa garantiria o emprego até Março, estes decidiram tomar imediatamente conta da empresa, impedindo a entrada do dr. Ferreira nas instalações. De qualquer modo, o patrão teve ainda tempo para retirar da lavandaria alguma documentação, uma máquina de escrever e outra de calcular.

— **Continuamos a trabalhar normalmente e já pedimos aos nossos clientes, na sua maioria hotéis, para não pagarem ao patrão,** disse-nos um elemento da comissão de trabalhadores recentemente eleita. A Wagons-Lits, o nosso maior cliente, sózinha, dá trabalho para o nosso sustento. Além dessa, trabalhamos para a CARRA, no aeroporto e alguns hotéis. Se eles nos quiserem apoiar, estaremos em condições de manter a lavandaria em funcionamento.

«Em última análise, como a maquinaria foi adquirida com um empréstimo do Banco de Fomento Nacional, a lavandaria Matirol poderá vir a ser nacionalizada.»

Soc. Central de Cervejas—Nacionalização !

A luta dos trabalhadores da S. C. C. continua. Após a administração ter aceite 16 dos 19 pontos do caderno reivindicativo, ficaram por solucionar três questões em que os trabalhadores se mantêm intransigentes, uma vez que só com a aceitação total do caderno reivindicativo se poderá proceder a uma gestão normalizada da vida da empresa.

São as seguintes, as reivindicações ainda não satisfeitas:

— **Redução do número de administradores de 7 para 5.**

— **O salário máximo para os administradores e empregados não poderá exceder o vencimento de ministro.**

— **Não distribuição dos lucros e gratificações aos accionistas e administradores, referentes ao ano de 1974.**

A luta atingiu agora uma fase aguda. Face às atitudes de boicote demonstradas pela administração, os trabalhadores só encontram uma solução. E imediata: **A nacionalização da empresa!**

A fim de se ficar com uma ideia mais completa da última fase da luta, transcrevemos os dois comunicados mais recentes:

«As comissões de trabalhadores de Lisboa por telefonema de dia 4, 3.ª-feira, à noite foram informados que o Ministério do Trabalho estava interessado em reunir as comissões com a administração, não sabendo no entanto explicar o objectivo dessa reunião.

Na tentativa de conhecer o objectivo dessa reunião, na 4.ª-feira pelas 10 horas deslocaram-se ao dito Ministério do Trabalho dois representantes dos trabalhadores que estiveram em contacto com o dr. Marques, no seguimento de instruções do telefonema do dia anterior.

Foi com espanto que os dois trabalhadores verificaram que o referido senhor não sabia explicar os objectivos a alcançar com tal reunião.

Com maior surpresa ainda, puderam os representantes dos trabalhadores constatar que aquele senhor ignorava em absoluto o que se passava na Sociedade Central de Cervejas.

Para aquele senhor ficar informado foram-lhe entregues os comunicados n.º 1 e 2 e foi-lhe dito que os trabalhadores não percebiam a razão da intervenção do Ministério do Trabalho dado que consideravam não existir até àquele momento recusa ao diálogo no seio da empresa tanto por parte dos trabalhadores como da parte da administração.

Apesar disto, já cerca das 13 horas o dr. Marques transmitindo ordens, convocou uma nova reunião entre as Comissões e a administração para esse mesmo dia às 16 horas no Ministério.

Como à hora marcada as Comissões ainda não tivessem comparecido à reunião, foram contactadas pelo telefone pelo dr. Rodrigues Nunes do Ministério, ao qual foi lida a posição então assumida pelas comissões, que entretanto se tinham reunido para discutir a questão.»

A administração

Considerando os compromissos assumidos pela administração e as posições defendidas pelos Trabalhadores no plenário de Vialonga o dito Ministério do Trabalho foi informado por leitura ao telefone do seguinte:

«1 — a administração comprometeu-se a dar resposta aos Trabalhadores directamente em plenário!

2 — Além disso, foi comunicado à Comissão «Ad Hoc de Vialonga pelos três administradores presentes, voluntariamente e sob palavra de honra, que dariam uma resposta até 2.ª feira passada a um dos pontos, não determinado, e fixaria uma data para dar resposta aos outros 2 pontos (os pontos em questão são: redução do número de administradores, vencimento de administradores e funcionários não superior ao de ministro e não distribuição de lucros aos accionistas e de gratificações referentes ao ano de 1974);

3 — As comissões quando foram mandatadas pelos Trabalhadores não tinham poderes para dialogar ou negociar fora do plenário.

Duas horas depois verificou-se novo telefonema, e foi rearfimada a posição anteriomente assumida.

Cerca das 20 horas, quando já não era possível ouvir a opinião dos Trabalhadores, as Comissões receberam nova convocação para o dia seguinte, 5.ª feira, pelas 10 horas, mas desta vez para uma reunião só com elementos do dito Ministério do Trabalho, provavelmente com o dr. Eugénio Rosa.

Depois de muitas horas de discussão, foi resolvio que se deslocariam àquele Ministério elementos das Comissões de Trabalhodores da área de Lisboa, **sem qualquer carácter formal,** para ouvir o que motivava a intervenção do Ministério.

Recebidos pelo dr. Nunes foi respondido que **provavelmente a intervenção do Ministério era da iniciativa deste e não solicitada pela administração da SCC (!?)**

Seguidamente os Trabalhadores foram endossados ao dr. Eugénio Rosa que afirmou: **o problema é grave, quer por afectar um grande número de Trabalhadores espalhados por várias empresas quer porque as reivindicações em causa assumem um carácter político que pode influenciar o processo democrático em curso.**

Disse-nos depois o dr. Eugénio Rosa que a administração não está disposta a comparecer perante o Plenário dos Trabalhadores em Vialonga.»

Plenário exige nacionalização

Perante isto, as Comissões de Trabalhadores convocaram um Plenário para analisar a situação.

Neste Plenário, realizado no dia 8, na fábrica de Vialonga, os Trabalhadores da SCC decidiram, **por esmagadora maioria,** aprovar a seguinte proposta:

«Considerando todos os factos apresentados em Plenário sobre a incapacidade de gestão demonstrada pela administração da empresa;

Considerando que em completo desrespeito por aquilo que foi acordado em Plenário de Trabalhadores e a administração da Sociedade Central de Cervejas, esta afirma agora que se recusa a comparecer em plenário;

Considerando que a administração se recusou desde terça-feira passada a assumir as suas responsabilidades de gestão, criando problemas a fornecedores e entrando portanto num processo de sabotagem económica;

«Considerandoqueaadmifirme dos Trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas em que os frutos do seu trabalho beneficiem todos os portugueses, e não uma minoria de privilegiados que têm esbanjado fortunas adquiridas com o suor dos Trabalhadores;

Considerando que é necessário acabar definitivamente com as injustiças sociais que existem em Portugal, onde a maioria da população vive em condições económicas deploráveis

PROPOMOS:

— Que esta Assembleia dê representação às Comissões de Trabalhadores para, com a presença do Movimento das Forças Armadas, solicitar ao Governo através do seu Primeiro-Ministro, e de todas as vias competentes, a IMEDIATA NACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, ao abrigo do estipulado no Decreto-Lei N.º 660/74.»

PODER POPULAR E SOCIALISMO

ELEIÇÕES

No momento em que a burguesia procura encontrar formas que permitam a reorganização do seu domínio de classe e em que se abrem invulgares perspectivas para o avanço decisivo da luta das massas trabalhadoras, **canalizar para as urnas eleitorais as tensões derivadas deste processo é entrar nas regras definidas pelas classes dominantes, no sentido de controlar as movimentações dos trabalhadores através de mecanismos de legalidade burguesa, o que conduzirá à institucionalização de novos e eficazes métodos de anestesia e repressão da luta dos trabalhadores e oprimidos.**

Deste modo, para os trabalhadores portugueses, **as eleições para a Assembleia Constituinte são inegavelmente inoportunas, desmobilizadoras e contra os seus reais interesses.**

A denúncia das eleições deve, portanto, ser realizada em termos rigorosos e inequívocos, impondo-se lutar vigorosamente contra a respectiva realização, o que, após o 28 de Setembro e o agravar da crise económica não será impossível conseguir.

Tendo em atenção, porém, que o M. F. A. se acha formal e publicamente comprometido na realização das eleições, compromisso que tem reiterado repetidas vezes com insistência; que os partidos burgueses (C. D. S., P. P. D. e P. S.) conduzem uma campanha intensa e intransigente pela realização das eleições, factor indispensável para institucionalizar a ordem de classe da burguesia; que o P. C. P. e o M. D. P. não dispõem de margem de manobra, face à sua prática eleitoralista anterior, para atacar a realização das eleições, apesar de encararem seus resultados com a maior apreensão **é legítimo duvidar do sucesso da luta contra as eleições e é urgente programar uma correcta táctica de eventual participação nas mesmas.** Isto porque a contestação exterior do processo eleitoral não poderá ter outra consequência que não seja a marginalização e a grupuscularização política pura e simples.

— A participação na campanha eleitoral terá como objectivo principal ultrapassar a dinâmica eleitoralista **e só terá sentido se levar à mobilização da classe operária e dos seus aliados para a luta anticapitalista.**

— A campanha eleitoral será o momento para propagandear, junto das massas trabalhadoras por ela mobilizadas, objectivos de luta de massas anticapitalistas, divulgar as experiências de luta operária mais avançadas, fortalecer a organização dos trabalhadores para a luta contra os despedimentos e a carestia de vida.

— A participação do M. E. S. na campanha eleitoral deverá igualmente ter em conta:

a) As consequências formais, financeiras e organizativas que tal acarreta;

b) A possibilidade de ir até às urnas, não só para contar os votos, como para colocar revolucionários na Constituinte;

c) A eventualidade de desistir e apoiar as candidaturas democráticas contra uma possível vitória das forças de direita;

e) O facto do sentido global da actuação do M. E. S. nas eleições ser dado pelos avanços e recuos das lutas dos trabalhadores e do movimento de massas.

MFA

O M.F.A. não é um partido político nem lhe competem as mesmas tarefas. No entanto, é necessário não esquecer que a inexorável lógica do sistema capitalista obrigará o M.F.A., e o Estado em geral, a prosseguir e sustentar os interesses da burguesia se a organizações políticas de esquerda não contribuirem para a construção de uma alternativa política à dominação capitalista.

A questão decisiva é a da possibilidade de aliar o M.F.A. a um projecto de avanço para o socialismo ou a da sua instrumentalização aos projectos de direita.

Direita que tem a seu favor o compromisso assumido pelo M.F.A. de instituir os órgãos da democracia burguesa no segimento do processo eleitoral. Direita que conta com esse acto de institucionalização dos órgãos de poder estatal para reenviar os militares aos quartéis e fazê-los reprimir, se necessário, as lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista. **Com efeito, numa sociedade democrática ocidental não fará sentido um órgão aberrante como M.F.A.** e o evoluir da situação favorecerá o retomar da ideologia e da subordinação à burguesia do aparelho militar.

Nesta perspectiva é necessário o avanço de formas de institucionalização e consolidação do M.F.A. de modo a garantir-lhe o cumprimento da sua dupla missão: instrumento de democratização no seio das Forças Armadas e garante dos avanços progressistas alcançados pelas forças populares.

No M.F.A., bloco de importância fundamental no poder político, é possível distinguir duas correntes fundamentais.

A corrente direitista que representa o projecto autoritário do capital financeiro e a sua necessida de hegemonia política no «processo democrático», procura, internamente às Forças Armadas, organizar a repressão às lutas dos trabalhadores, através do discurso da **ordem, hierarquica e disciplina**, por um lado, e dissolver, ou pelo menos enfraquecer, o M.F.A. através do **isolamento da Comissão Coordenadora do Programa**, por outro lado.

A corrente de defesa intransigente do Programa que se caracteriza, primeiro que tudo, por assumir o carácter contraditório do Programa do M.F.A. No desenvolvimento da contradição entre o reflexo directo da luta de classes no M.F.A. e a sua disposição subjectiva face ao futuro, reflecte a incapacidade de resposta do projecto reformista face às necessidades imediatas das classes trabalhadoras.

Qualquer destas duas correntes não pode ser definida em termos de tendência constituída por um conjunto de oficiais, ao nível da qual exista consciência colectiva de um modelo a construir, o que possiblita sempre a instrumentalização do M.F.A. a uma das classes fundamentais.

Assim o M.F.A. dentro do quadro da defesa do processo de democratização poderá utilizar a sua força no poder político, e a sua relativa autonomia, no sentido de reformas mais avançadas, principalmente no campo económico, mas que todavia dificilmente ultrapassarão o projecto reformista.

Não é de afastar, no entanto, a hipótese de «Descolagem» para a esquerda, e para fora do actual contexto do M.F.A., de um conjunto de oficiais progressistas que, no momento de rptura das Forças Armadas, eventualmente saibam interpretar em favor do proletariado os factores introduzidos pela luta de classes.

CRISE

A crise do sistema capitalista, que se acelera em todo o mundo, manifesta-se me Portugal em termos particularmente agudos. Numa sociedade em que as necessidades mais elementares das classes trabalhadoras estão por satisfazer; 200 mil trabalhadores (número que ameaça crescer explosivamente) vêem-se atirados para o **desemprego** e, assim, impossibilitados de participar na produção.

Torna-se cada vez mais nítida a consciência das classes trabalhadoras de que, nesta situação, a única forma de defesa dos seus interesses consiste em atacar com decisão o poder do capital, **avançando sem hesitação para o socialismo.** Assim:

— Há que exigir a **nacionalização imediata** dos centros fundamentais do poder económico capitalista (os bancos, as companhias de seguros, as indústrias básicas, o comércio interno, os circuitos fundamentais do comércio externo), como forma de abrir espaços novos e mais alargados ao movimento de massas anticapitalista;

— Há que ocupar as terras dos latifundiários e grandes agrários, e exigir a respectiva **expropriação,**

— Há que lutar intransigentemente para que sejam os trabalhadores a **controlar colectivamente a gestão das fábricas, das empresas e das terras,** como única forma de tornar as nacionalizações em verdadeiros avanços para o socialismo, como único processo de impedir que ao capitalismo privado se substitua o capitalismo de Estado, de fachada democrática ou e fachada socialista.

Sentindo-se em dificuldades, a burguesia ensaia as mais diversas manobras no sentido de confundir os trabalhadores e provocar a desunião entre eles. **A burguesia é mestra em variar de táctica e em mudar de cara.** É urgente desmascarar todos os processos de que o inimigo se serve para manter o seu domínio de classe.

— Há que tornar claro que o P.P.D., partido côr laranja, constitui neste momento o elemento privilegiado do capital financeiro para tentar esmagar a luta dos trabalhadores;

— Há que desmistificar o P.S., partido que, enfeitado de vermelho e dizendo-se socialista, representa na verdade uma força contra-revolucionária que pretende utilizar os processos da social democracia para adormecer os trabalhadores e bloquear o seu avanço para o socialismo.

— É também fundamental combater todos os que desprezam a iniciativa da luta das massas trabalhadoras e que tentam sempre controlar e moderar as lutas mais avançadas da classe operária. Estes que, como o P.C.P. pretendem fazer a revolução sem desenvolver a iniciativa e a organização revolucionária das massas trabalhadoras, não podem levar a uma revolução socialista. Apenas poderão, na melhor das hipóteses, construir um capitalismo de Estado burocrático em que os trabalhadores continuam afastados do poder económico e político.

— Há que combater igualmente o radicalismo esquerdista que coloca o «revisionismo» como inimigo fundamental, menosprezando o trabalho de massas e a sua organização segura e firme, preferindo as actuações minoritárias e «exemplares» que podem alimentar o dogmatismo e o sectarismo que os caracteriza. **Sendo a expressão da crise do reformismo, o esquerdismo não consegue senão recolher as forças que o próprio reformismo isola.**

O combate a travar no seio do movimento operário e popular tem de ter igualmente em conta a necessidade **de lutar contra as eleições burguesas pela constituição duma Assembleia Popular,** verdadeira expressão da vontade dos trabalhadores organizados, e passo importante no fortalecimento da aliança entre os oficiais progressistas do M.F.A. e as massas populares em movimento e em luta.

COMÍCIO

AS ELEIÇÕES NA CRISE ACTUAL

PODER POPULAR E SOCIALISMO

— A Crise do Capitalismo e as Manobras da Burguesia

— Para o avanço do movimento operário e popular — nem o reformismo nem esquerdismo.

— Da unicidade sindical ao sindicalismo de classe.

— Os trabalhadores estão prontos para o socialismo

— os trabalhadores são capazes de resolver os problemas criados pelo patronato.

— O MES e as eleições. Contra as eleições burguesas

— Pela Assembleia Popular.

Abaixo o capitalismo

Avante pelo poder operário e popular

Avante pelo Socialismo para contruir o comunismo

4ª feira dia 19 21,30

Pavilhão dos Desportos

Conluz — Capital estrangeiro em fuga

Dentro da divisão de tarefas do mundo capitalista a Portugal tem cabido sobretudo fornecer a mão-de-obra.

Parte da população emigra e vai fazer as tarefas mais pesadas nos «países evoluídos» da Europa Ocidental.

Por outro lado, **o capital estrangeiro investia em Portugal em ramos onde a mão-de-obra fosse parte significativa do custo de produção.**

Isto porque a mão-de-obra em Portugal era paga a preços muito inferiores aos que correm nos restantes países europeus. E este facto deve-se, por sua vez, à «docilidade» da classe operária e dos trabalhadores portugueses, que era conseguida através de uma utilização permanente e bem doseada do cacete e da propaganda.

É assim que o desmantelamento da P. I. D. E., Legião e Censura, se em nada abala o poder económico da burguesia, significa a destruição do «aparelho técnico» em que se apoiavam.

A classe operária e os trabalhadores em geral aproveitando as novas condições, organizam-se e passam a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.

Face a estas alterações no «mercado de trabalho» o capital estrangeiro tem mostrado particular capacidade de acção. Efectivamente um país que pretende desenvolver-se deixa de lhe interessar; é que a sua prosperidade exige a miséria dos que o alimentam. E como raramente eram investidas quantias significativas, fácil se torna transferir a produção (leia-se exploração) para países onde o cacete e a televisão sejam utilizados por «gente de confiança».

Deste modo, os sectores onde predominavam os capitais estrangeiros têm sido dos mais atingidos pela actual vaga de despedimentos (não é só através da N. A. T. O. que o capital estrangeiro tenta travar o processo revolucionário em curso). Neste caso está o sector das confecções. Depois de SOGANTAL, CHARMINHA, NATURAMA, CAMODA, etc., é a vez de, na CONLUZ (Confecções Lusas, Lda.), o patrão alemão dar o seu contributo para a crise económica.

Ainda no Natal face a um abaixamento de ritmos de produção levado a cabo pelas 400 operárias para exigir o pagamento do 13.º mês, o Wits cá tinha estado, com complexos planos de produção, exigindo que os ritmos de trabalho se mantivessem e reivindicando garantias da parte do Ministério do Trabalho.

Pois sexta-feira, pouco mais de um mês passado, surge o patrão a dizer que não pode manter a produção, pois não tem trabalho para dar às pessoas pois os produtos deixaram de se vender!?

Ameaça fechar a fábrica, ou pô-la a funcionar apenas três dias por semana. Informado de que o contrato vigente (ainda do tempo do fascismo) impede que as empresas funcionem menos de quatro dias, o nosso capitalista fez uma **segunda proposta**, não menos brilhante: **despedir já metade do pessoal. Como a lei exige aviso de despedimento com três meses de avanço a ameaça ficou por agora adiada** (note-se que no caso da CONLUZ, um modo de actuação já frequentemente utilizado por capitalistas estrangeiros — deserção pura e simples abandonando a empresa — está dificultado pelo facto de as instalações e maquinaria pertencerem ao patrão e representarem um investimento considerável).

O patrão afirma que ao fim dos três meses despede tudo, ou ficam todos a trabalhar dois dias, ou ainda ficam metade a quatro dias por semana. Os trabalhadores, entretanto estão organizados e dispostos a impedir que o patrão leve avante as suas ameaças. Eles sabem que a luta contra os despedimentos é, neste momento, um aspecto importante da luta contra o capital, visando obrigá-lo a pagar a sua crise. E que é a luta dos trabalhadores, nos locais onde a exploraçãc se faz sentir que permitirá ir construindo uma sociedade liberta de exploração.

Contra o desemprego!
Abaixo o capitalismo!

RABOR — OCUPAÇÃO DE INSTALAÇÕES

Os trabalhadores da Rabor - I. T. T.:

1. Face às manobras de sabotagem económica da administração da Rabor-I. T. T. que recentemente denunciaram: renúncia a investimentos para este ano, quando habitualmente ultrapassavam os 20 mil contos, cortes nas encomendas provenientes das outras empresas do Grupo I. T. T., retenção de matérias-primas na Alfândega e imposição de negócios prejudiciais à partida;

2. Face à resposta caluniosa e mentirosa do administrador da Rabor - I. T. T. Fagim que veio publicamente negar os factos denunciados pelos trabalhadores;

decidiram por unanimidade, em plenário de ontem à tarde, ocupar as instalações, impedindo a entrada de qualquer administrador e o desvio de documentos, até o M. F. A. nomear uma comissão administrativa, tendo os trabalhadores também decidido continuar a laboração sob seu controlo.

A luta dos trabalhadores da Rabor - I. T. T. é exemplar, pois tomaram nas suas mãos a vigilância às manobras de sabotagem económica do capital estrangeiro e responderam usando a força da sua unidade contra a exploração capitalista e o imperialismo.

O núcleo de Ovar do Movimento de Esquerda Socialista apoia a luta dos trabalhadores da Rabor - I. T. T., como apoiará todas as lutas decididas autonomamente e conduzidas pelos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe e contra a exploração capitalista.

A I. T. T. visa levar a cabo manobras de sabotagem económica que prejudiquem o avanço do processo revolucionário e, caso isso não resulte, preparar o campo para uma retirada que implicará o encerramento das suas empresas e o despedimento de todos os trabalhadores. A I. T. T. veio para cá à procura dos baixos salários e da passividade da classe operária garantida pela pressão policial e ideológica. As novas condições — aumentos salariais adquiridos na luta, acréscimo da combatividade operária e as melhores possibilidades de luta criadas com o 25 de Abril — não interessam à I. T. T., como não interessam às outras multinacionais nem à burguesia portuguesa, pelo que todos se aliarão no combate aos trabalhadores.

Face à crise actual do capitalismo, que para os trabalhadores significa já dezenas e dezenas de milhares de despedimentos e agravamento das suas condições de vida, muito se joga na luta entre a burguesia e os trabalhadores: ou a burguesia resolve a crise em seu favor o que será sempre através de uma redobrada exploração dos trabalhadores e do aumento de repressão sobre as lutas; ou os trabalhadores conseguem atacar o poder da burguesia, diminuir-lhe o campo de manobra, e criar assim condições para se darem passos decisivos para o socialismo.

É no conjunto da crise do capitalismo e na resposta que os trabalhadores têm de dar a essa crise que assume grande importância a luta desencadeada pelos trabalhadores da Rabor - I. T. T. A denúncia das sabotagens económicas e a luta contra a administração são o primeiro passo a que se terá de seguir outro: **a exigência da nacionalização da RABOR - I. T. T.**

No entanto, as nacionalizações só serão avanços do processo revolucionário se elas forem o resultado da organização e da acção dos trabalhadores e se elas se efectuarem sob controlo dos trabalhadores, isto é, se o sector das empresas nacionalizadas for um sector onde o poder dos trabalhadores se afirme claramente.

A luta dos trabalhadores da RABOR - I. T. T., assume também particular importância na altura em que a N. A. T. O., organização militar do imperialismo, realiza a sinistra provocação de exibir o seu poderio militar em Portugal procurando através da ameaça do seu poder aquecer as costas à burguesia portuguesa, defender os interesses do imperialismo e intimidar os trabalhadores portugueses.

A luta contra o imperialismo e a exploração capitalista é a mesma luta. Lutar contra a presença de Portugal na N. A. T. O. e a presença da C. I. A. e da N. A. T. O. em Portugal, e contra a exploração e as manobras das empresas estrangeiras faz parte da luta contra a burguesia portuguesa, pois esta não deixará de contar, para manter o seu poder, com o apoio armado do imperialismo (N. A. T. O.) e com a pressão e as sabotagens económicas do capital estrangeiro, como está acontecer na RABOR - I. T. T. e como já aconteceu no Chile onde a I. T. T. foi uma das principais obreiras da ditadura em estreita aliança com a burguesia chilena.

Princípios fundamentais

Para que se fortaleça e avance a luta dos trabalhadores da RABOR - I. T. T. contra a exploração capitalista e o imperialismo é fundamental: as decisões serem colectivas e baseadas nas discussões de todos uma ligação estreita entre a assembleia de trabalhadores e a comissão de trabalhadores; sobrepor a todo o momento a defesa intransigente dos interesses da classe operária a interesses de conciliação de classes; impedir que os interesses partidários se sobreponham aos interesses dos trabalhadores; estabelecer contactos com os trabalhadores das outras empresas do Grupo I. T. T. para que a reivindicação da nacionalização da RABOR-I. T. T. se transforme na reivindicação da nacionalização de todas as empresas do Grupo I. T. T.; divulgar a luta e estabelecer contactos com os trabalhadores de outras empresas de modo a criar uma forte unidade e solidariedade de classe; afastar tudo o que divide os trabalhadores e reforçar tudo o que os une, pois a sua unidade e organização são armas fundamentais para a vitória.

É avançando decididamente contra o capitalismo que se forjará a unidade revolucionária de todos os explorados e oprimidos sob a direcção da classe operária e se destruirá o capitalismo e se construirá o capitalismo como primeiro passo para a sociedade sem classes — a sociedade comunista.

Abaixo a exploração capitalista.

Abaixo o imperialismo — Portugal fora da N. A. T. O.; N. A. T. O. fora de Portugal.

Em frente pela nacionalização da RABOR - I. T. T. e de todas as empresas do Grupo I. T. T.

Em frente pelo poder operário e popular.

Em frente pelo socialismo.

Viva a classe operária

O Núcleo de Ovar do Movimento de Esquerda Socialista

ORGANIZAÇÃO

COMEÇO DE UMA LUTA

HABITAÇÃO

No passado dia 4 de Janeiro, um grupo de moradores da Rua do Heroísmo no Porto, conscientes da gravidade do seu problema habitacional, reuniram-se a fim de discutirem e descobrirem processos de luta com vista à resolução desse mesmo problema que através dos tempos tem sido um entrave à realização social das pessoas, com incidências nos seus mais diversos comportamentos, como sejam: educacional, cultural, físico e mental, sexual, etc.

Aliás, não é apenas um problema seu, mas o de toda uma classe marginalizada, potencialmente mais forte, detentora da força de trabalho — a classe trabalhadora — que um sistema económico — capitalista — se permitiu, através de um proteccionismo dado pelo regime político fascista, às mais variadas formas de exploração que o 25 de Abril em nada veio modificar.

Deixamos aqui alguns extractos do que foi a reunião dos moradores da Rua do Heroísmo no Porto.

«Camaradas, boa noite:

Deram-me a primazia em ser eu a explicar o motivo desta reunião.

Como todos nós sabemos, a nossa maior preocupação é o problema da habitação, por isso estamos todos aqui reunidos para o discutirmos.

Para exemplificar, vou contar o meu caso: eu pai de seis filhos, tenho uma casa, que não se encontra com o mínimo de condições para nela habitar (uma sala, uma cozinha e um quarto, isto para quatro raparigas, dois rapazes, além de mim e de minha mulher).

Antes da data histórica do 25 de Abril, nós pensávamos nestas coisas, mas só pensávamos! Agora, a partir daí, tentamos fazer alguma coisa para a nossa vida e para a vida dos outros.

Houve então uma ideia genial de um vizinho meu, chamado sr. José Cardoso que resolveu, com outros camaradas, que fosse feita uma exposição ao SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), que é do seguinte teor:

«1. — **Aspecto geral das habitações**

1.1. Na generalidade dos casos, todo o seu aspecto é péssimo.

1.2. Nas ilhas temos a considerar o seguinte:

a) Mau pavimento,

b) Saneamento péssimo, com retretes sem as mínimas condições, tais como falta de autoclismos e em alguns casos de água, o que provoca maus cheiros e daí a falta de salubridade por empestamento do meio ambiente.

c) De uma maneira geral as casas das ilhas são de dimensões bastante pequenas, não comportando na generalidade dos casos as pessoas que nelas habitam.

Temos que considerar que há uma grande quantidade de crianças que por via disto, não têm o mínimo de condições para o seu pleno desenvolvimento.

d) Estas mesmas casas, encontram-se na sua generalidade com bastantes deficiências como seja tectos permeáveis à chuva, humidade intensa, soalhos e janelas podres, paredes em estado de ruína, etc.

e) A poente da ilha com o n.º 278, existe uma fábrica de farinhas, pertencentes à firma «Sociedade de Farináceos do Heroísmo», que quando tem os seus moinhos em funcionamento, estes fazem estremecer a maioria das casas da referida ilha, pois ficam parede com parede.

1.3. Nos prédios verifica-se também o seguinte:

a) Existem casas como por exemplo o 3.º andar do prédio com o n.º 276, que se encontra praticamente em ruína, o que pressupõe que todo o prédio se encontrará nas mesmas condições.

2. — **Saúde das pessoas**

2.1. Na grande maioria dos casos existem doenças nas pessoas, como bronquite e doenças cardíacas.

2.2. De salientar também o aspecto pálido e doentio, assim como um certo raquitismo, que se verifica nas crianças.

3. — **Posições assumidas anteriormente por alguns inquilinos**

3.1. Os inquilinos têm vindo a reclamar há longo tempo, junto dos seu senhorios, para que estes fizessem as obras indispensáveis, o que nunca aconteceu.

3.2. Houve um inquilino (José Cardoso, morador na ilha com o n.º 276 casa 6) que fez dar entrada na Câmara Municipal do Porto, há nove anos, uma exposição sobre o estado em que se encontra a sua habitação. Por este motivo a senhoria do referido inquilino foi alvo de várias multas, sem que contudo tivesse procedido às obras necessárias.

4. — **Terrenos disponíveis na área**

4.1. Atrás dos referidos prédios e ilhas existem terrenos desa proveitados e abandonados.

4.2. Existe na Rua António Carneiro (a Norte do liceu Rainha Santa Isabel) uma enorme área de terreno densamente arborizada, que se sabe pertencer à Câmara Municipal do Porto.

4.3. Destes terrenos abandonados existem fotografias tiradas por este grupo de inquilinos, que quando se acharem reveladas serão enviadas a esses serviços, para serem anexadas ao presente documento.

4.4. Ao lado da ilha com o n.º 368, existe uma casa em estado de demolição que serve de lixeira.

Sobre o exposto reclamamos desses serviços a devida intervenção, no sentido de nos sugerirem medidas urgentes a tomar.

OS INQUILINOS

«... A classe trabalhadora foi e continua a ser explorada desenfreadamente por um sistema económico — o sistema capitalista — , exploração essa que se reflecte em nós trabalhadores, que tudo produzimos e nada possuímos, nos mais variados aspectos.

Um desses aspectos é o da habitação, que não nos afecta só a nós, mas à maioria deste povo. Nós sabemos quem constrói as casas e com que fim as constrói. Quem as constrói tem uma única finalidade, o lucro. As casas com as melhores condições de habitabilidade são para um certo número de privilegiados.

Nós sabemos que este País, que foi regido por um regime profundamente opressor — nós até somos vizinhos de uma casa onde se massacraram pessoas — regime esse que à força dos bastões da Polícia e outras formas por nós conhecidas, foi o grande sustentáculo do sistema económico que ainda rege este País.

O problema que nos traz aqui hoje, o da habitação, não está isolado; envolve questões de ordem social, de saúde, cultural, educacional, etc.

Nós sabemos que na maioria dos casos as nossas casas não possuem condições de alojamento. As pessoas vivem apertadas, não há espaço para se moverem...

É necessário que as pessoas se comecem a habituar à ideia de que o tempo de viverem egoisticamente, já passou. Estamos no tempo de nos unirmos para a resolução dos nossos problemas e esta união não pode ser de palavras ou de conversas de café, mas através de reuniões como esta e das conclusões práticas que daqui possamos tirar. Portanto, é um apelo à nossa união e organização, que aqui fica».

«... Eu por mim apesar de ser nova mas nascida aqui à 29 anos, na Rua do Heroísmo, acho que temos toda a conveniência na formação de uma associação, que para nós será um grande benefício. Neste arranque e nestas medidas que o SAAL nos está a proporcionar. Para não demorarmos em grandes palestras com grandes palavras, acho que deveríamos proceder e arrancar com a associação. Tenhamos todos consciência de que só nós poderemos, realmente, construir em Portugal um futuro melhor».

«Meus amigos desculpem por eu fazer esta minha interferência, até porque parece que serei a pessoa menos indicada para participar. Actualmente tenho a melhor moradia e por conseguinte estou fora do contexto. Todos conhecem, mais ou menos, a minha natureza humilde, hoje desfruto de uma situação social bastante boa.

Estamos a falar do problema habitacional. Estou-me a lembrar de um grupo de rapazes dos Serviços de Transportes Colectivos, que fizeram a compra de um terreno e depois nas suas horas vagas se juntavam e iam para ali trabalhar. Compravam cimento e tijolo, conseguindo fazer uma obra formidável por um preço bastante mais económico...

Parece-me que se vós vos juntardes, melhor podereis fazer essa obra.

Nesta ordem de ideias, há um aspecto aqui na nossa área que me tem feito meditar. Quantas vezes eu passo ao domingo de manhã no Campo 24 de Agosto e causa-me tristeza ver aquele espectáculo de dezenas e dezenas de pessoas à espera de tomar o seu banho, porque não têm condições em casa para se lavarem. Agora que estamos numa altura em que podemos falar, porque tendo nós aqui ginásios com balneários e nesta fase enquanto não se resolve o problema, porque é que não se põe o problema às escolas ou liceus daqui para uma cedência dos balneários ao domingo de manhã, evitando assim aquelas bichas terríveis? Porque é que essas pessoas não vão para esses balneários? É uma sugestão que eu ponho.

Há outro caso urgentíssimo — o problema da criança — . Nós temos aqui à beira um jardim que é considerado o mais bonito da cidade do Porto — o jardim da Companhia das Águas — . É proibido o acesso a esse jardim a pessoas não portadoras de um cartão. Não está bem! Porque é que não se põe o problema à Câmara Municipal, de forma a que os pais ao domingo em vez de se refugiarem na tasca, fossem com os filhos para esse jardim?»

No final da reunião foi eleita uma comissão representativa dos vários bairros presentes. A referida comissão está já em pleno funcionamento.

Este caso, conjuntamente com outros iguais, que vão demonstrando a capacidade de luta e organização das camadas populares diz-nos que, efectivamente, **face ao poder da burguesia, só o poder popular devidamente apoiado pelas forças progressistas com uma opção de classe bem definida, é capaz de dar dimensão a um amplo movimento de massas que terá como objectivo o derrube desse mesmo poder burguês, e implantar neste País a verdadeira democracia — o socialismo.**

MES saúda Lotta Continua

A todos os camaradas de Lotta Continua, a todos os camaradas representantes de outras organizações da esquerda revolucionária italiana e de todo o mundo apresento, antes de mais, as saudações revolucionárias da organização que represento o M.E.S., de Portugal.

Viemos a este congresso para tornar clara a vontade que nos anima de estreitar os laços militantes com todos aqueles que, como nós fazem da luta revolucionária pelo socialismo e pelo comunismo a sua bandeira de hoje.

Viemos a este congresso para conhecer a experiência dos camaradas de Lotta Continua e as perspectivas que apresentam, num momento em que, com a nova crise do imperialismo que se torna cada vez mais grave, nas regiões a que pertencem os nossos dois países — a zona mediterrânica — se vão criando condições cada vez mais favoráveis para profundas mudanças.

Queremos dar o nosso contributo a esta luta comum, apresentando as conclusões a que chegou o nosso congresso, que terminou há três semanas.

A direita joga na crise

Como sabeis, vivemos hoje em Portugal uma situação extremamente complexa e original, sem precedentes nem comparação em qualquer outra parte do mundo. Um exército, que durante treze anos serviu os interesses criminosos da burguesia portuguesa e do seu regime político, derrubou esse mesmo regime, abrindo assim o caminho a novos e decisivos passos em frente na luta dos trabalhadores portugueses. A heróica luta dos povos das colónias portuguesas e dos seus movimentos de libertação — P.A.I.G.C., Frelimo, M.P.L.A. — mostraram a esse Exército a impossibilidade de uma vitória militar contra povos decididos a libertarem-se, fazendo surgir, nalguns sectores de oficiais, a convicção de que a solução dos seus problemas teria de passar pela destruição do fascismo.

À queda do fascismo seguiu-se imediatamente uma mobilização de massa dos operários e de outros sectores populares que transformou a forma inicial do golpe numa conquista popular que abria o espaço pelo qual, pela prática da luta, se poderiam conquistar objectivos muito mais avançados.

Hoje, em Portugal, a crise da dominação burguesa é um facto. A crise económica acentua-se: Crescem os despedimentos e a inflação ultrapassa os 40 por cento em 1974. A burgue-

tuguesa não consegue fazer frente a esta situação. O nível de acumulação de capital é ainda baixo e a dependência do capital estrangeiro não deixou de se acentuar durante todos os anos da guerra colonial. As empresas multinacionais encontravam em Portugal os baixos salários e a paz social que o regime assegurava. **Hoje a burguesia financeira joga abertamente na crise económica para preparar o caminho a uma vitória eleitoral de direita, e, responsabilizando por esta crise a luta dos trabalhadores, tenta recuperar o seu domínio político. Mas, quer a nível político quer a nível ideológico, a crise**

(Publicado no diário «Lotta Continua» de 17 de Janeiro último. Publicaremos brevemente as posições do Congresso de L.C.)

da burguesia é profunda. O único meio que a classe dominante portuguesa conhece de enquadrar e de obrigar os trabalhadores é a repressão directa. Os seus aparelhos políticos e ideológicos são extremamente primitivos e a extraordinária vaga de lutas que se seguiu ao 25 de Abril tornou ainda mais débil a já frágil estrutura política burguesa. A utilização mais ou menos ampla das liberdades democráticas, a força cada vez maior da luta e das organizações autónomas dos trabalhadores e as posições progressitas do M.F.A. não permitiram que a burguesia recuperasse terreno.

A nível militar é incontestável que o M.F.A. avança cada vez mais para posições progressistas e pensamos que ainda pode dar passos em frente, criando assim condições mais favoráveis para o avanço da luta. Deve-se ainda aprofundar o saneamento nas Forças Armadas, sobretudo dentro do Exército, à semelhança do que já se fez na Marinha, de modo a fazer avançar a democratização a todos os níveis. É uma tarefa decisiva dos milicianos, e soldados, que nós defendemos, conquistarem o direito de decidir sobre o saneamento dos oficiais de direita. Esta questão, de que todos tenham direito a ser eleitos a todos os níveis, é hoje um objectivo de luta decisivo nas Forças Armadas.

Mas que propomos nós face a esta situação? No plano económico a nossa divisa fundamental é «obrigar o capital a pagar a sua própria crise». Como dizíamos, a burguesia não quer pagar a reconversão industrial. Por isso, devem-lhe ser retirados das mãos os seus instrumentos essenciais de manobra: deve-se exigir a nacionalização da banca, dos Seguros, dos principais ramos da indústria. Por outro lado devem ser nacionalizadas as fábricas que fazem despedimentos, as empresas que controlam o comércio interno de produtos de primeira necessidade e o comércio externo; os latifúndios devem ser expropriados.

Com isto queremos privar a burguesia dos seus instrumentos, impedindo as manobras que tendam a agravar a crise económica e queremos dar instrumentos ao poder político, obrigando-o a lançar as bases para a superação da crise, juntamente com medidas que permitam o reforço do poder dos trabalhadores e lhe facilitem a luta. Queremos reforçar a organização revolucionária e criar, na luta de massas anti-capitalista, as bases de um contra-poder operário, integrando a luta por objectivos imediatos na luta por objectivos políticos gerais, pela conquista do poder e pelo socialismo.

A nível político e ideológico a crise da burguesia abre grandes espaços ao crescimento da consciência e da organização dos trabalhadores; existem possibilidades para que, a nível do poder político, se possam impôr conquistas irreversíveis. Neste contexto quais são as nossas tarefas em relação às eleições para a Assembleia Constituinte?

Se não forem tomadas rapidamente medidas contra a utilização capitalista da crise, a direita ganhará as eleições. Em qualquer caso far-se-ão, sem dúvida, tentativas de canalizar a luta dos trabalhadores, para o terreno da luta legal e eleitoralista.

Os partidos tentam controlar legalmente as lutas, procurando atenuar as contradições e a radicalização do afrontamento de classes: por isso a desmobilização é o perigo mais grave. O nosso movimento empregará as suas forças na luta contra a realização de eleições que se efectuem antes de decisivas mudanças de poder e controlo da economia. Mas, se se fizerem eleições, não ficaremos à margem.

Apresentarmo-nos-emos às eleições e a nossa campanha eleitoral será o que forem os conteúdos da luta de massas em torno de objectivos anticapitalistas. Ultrapassaremos a dinâmica eleitoral, procurando mobilizar e organizar a classe operária na luta pelos seus objectivos imediatos, contra os despedimentos e a subida do custo de vida, na perspectiva geral duma ofensiva de classe contra o sistema.

Mas, de qualquer modo, as perspectivas que hoje se abrem à luta de classes em Portugal, dependem, em grande medida, do que acontecer fora do nosso país, para que a nossa experiência não fique isolada.

Os nossos avanços para o socialismo dependem muito da efectiva descolonização de Angola, Guiné e Cabo Verde e Moçambique; dependem das conquistas dos movimentos de libertação desses países, e dependem, cada vez mais, do avanço da luta de classes na Europa: do derrube do franquismo em Espanha e das conquistas dos trabalhadores nesses país, do explodir revolucionário da situação italiana e da evolução política da França. Dependem ainda, do extraordinário estímulo que seria o derrube de Pinochet no Chile; dependem da derrota do regime brasileiro e do fracasso do imperialismo americano na Indochina. Dependem da unidade na luta de todas as forças revolucionárias do mundo, sem a qual, qualquer experiência nacional para o socialismo está destinada ao fracasso e a ser afogada no sangue pelo imperialismo.

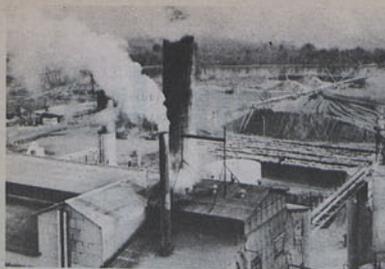
AVANTE
PELO SOCIALISMO
PARA CONSTRUIR
O COMUNISMO!

Cergal: NATO fora de Portugal

No dia 10 de Fevereiro, à hora de encerramento da nossa Redacção, recebemos a informação que **marinheiros da N.A.T.O. tomaram a iniciativa de «visitar» a fábrica de cervejas Cerga.**

No momento em que a N. A. T. O. toma claras posições de ataque sob a forma de pressão militar e diplomática ao processo político português, e em que milhares de trabalhadores repudiaram já a presença intimidatória da N. A. T. O. e denunciaram o imperialismo americano, **os trabalhadores da Cergal deram a esta acção a devida resposta: paralisação da actividade durante a «visita» e apuramento das responsabilidades.** Paralelamente, alertam todos os trabalhadores através do seguinte comunicado:

«Assiste-se neste momento em Portugal a um forte movimento de repulsa pela presença da N. A. T. O. no nosso país. Vários partidos de esquerda se têm manifestado contra a pressão que essa organização tenta exercer sobre as lutas dos trabalhadores por uma nova sociedade. A grande manifestação operária do dia 7 de Fevereiro foi um solene aviso ao imperialismo e à sua polícia de choque: a N. A. T. O.

«Os operários da Cergal vieram com o seu fato de trabalho para a rua, mostrando assim que estão na primeira fila contra o desemprego e contra o imperialismo. São estes mesmos operários, e restantes trabalhadores, que hoje, dia 10 de Fevereiro sofrem uma grave provocação. Os trabalhadores denunciam a entrada na fábrica de aproximadamente 80 marinheiros da N. A. T. O. Perante tudo isto, os trabalhadores denunciam a todo o povo a grave provocação de que foram vítimas e convidam todos os trabalhadores a cerrar fileiras em volta da classe operária pela independência o nosso país e contra a exploração que se está movendo.»

Celulose do Tejo : Os patrões fugiram dos trabalhadores

Os trabalhadores da Celulose do Tejo S.A.R.L., de Vila Velha de Rodão, entraram em greve no passado dia 3, depois de não terem sido atendidas as reivindincações que haviam apresentado, no passado dia 31 à administração da fábrica.

O caderno reivindicativo pedia a manutenção do aparelho fabril, o armazenamento do material em condições de segurança, o fim das represálias sobre os trabalhadores e o cumprimento das leis do trabalho em vigor e dos compromissos estabelecidos, entre os patrões e os trabalhadores.

Também neste caso a administração adoptou o cómodo remédio de abandonar a Empresa,, fugindo para o Brasil, um dos refúgios dos fascistas que têm medo de enfrentar as justas reivindicações dos trabalhadores em luta.

As reivindicações dos trabalhadores, que se resumiam à melhoria das condições de trabalho, principalmente no que diz respeito à segurança, fizeram recuar o patronato que, segundo se afirma no comunicado destribuido pela Comissão de Trabalhadores, não mostra capacidade para «conviver» com os operários.

NOTA — No próximo número publicaremos uma entrevista com a comissão de trabalhadores.

Nacionalização – e controle – da banca privada

Assistimos mais ou menos passivamente à nacionalização de uma parte da estrutura bancária portuguesa.

Esta nacionalização corresponde a uma pequena parcela das nossas exigências: a democracia e os avanços para o socialismo não podem ser cumpridos se quem tudo decide e quem até agora tudo tem na mão, pretender ficar por estes estreitos limites. O poder de que dispomos e a certeza de que «uma nova política económica posta ao serviço do Povo Português» tem de passar pela completa nacionalização da banca comercial, impele-nos para diante e simultaneamente obriga-nos a pensar nos termos em que a nacionalização até ao momento se tem processado: afinal, a nacionalização de alguns bancos está a consistir na gestão privada do capital público, do dinheiro do povo!

QUE NACIONALIZAÇÃO QUEREMOS?

Não queremos aquela que conduz à progressiva estatização da economia. Não queremos a burocratização da nova banca nacionalizada onde, agora a coberto duma nova legalidade, a gestão se mantém, os nomes saltam de um para o outro lado para que pareça que tudo mudou, ficando tudo na mesma; para que assistamos impotentes e revoltados às mesmas manobras, aos mesmos favores, à mesma descarada protecção aos potentatados económicos.

Não é isto que queremos e é a isto que assistimos.

As nossas lutas e as nossas propostas são no essencial ignoradas ou sabotadas na origem: os meios variam e vão desde as tentativas, mais ou menos declaradas, de divisão da classe, até às manobras sucessivas com o objectivo de nos lançar areia para os olhos.

Não é esta a nacionalização que queremos e exigimos.

Num momento em que dispomos de alguns meios, que poderão afectar no seu cerne todo o processo de exploração e acumulação capitalistas, não se deram os mais pequenos passos tendentes a colocar estes meios ao serviço dos trabalhadores e muito pelo contrário se caminha perigosamente para a institucionalização de um capitalismo de estado, ainda ao serviço dos interesses do capital financeiro privado.

Porque não se permite que o Banco de Portugal funcione como verdadeiro banco central, atribuindo-lhe realmente as tarefas de disciplinador e responsável por toda a política bancária?

Porque não se aproveita o potencial de crédito da Caixa Geral dos Depósitos e a cobertura geográfica do B. N. U.?

PÔR A BANCA NACIONALIZADA AO SERVIÇO DAS CLASSES TRABALHADORAS

Se só a completa nacionalização da banca pode resolver a favor dos trabalhadores, a crise que rapidamente se vem acentuando a banca nacionalizada existente, pode e deve ser posta ao serviço de uma consequente política anticapitalista:

— **apoiando directamente as iniciativas autónomas dos trabalhadores tendentes ao controlo do aparelho económico (produção e distribuição);**

— controlando a forma como o capital financeiro utiliza o dinheiro dos trabalhadores — muitos dos quais se viram obrigados a ir para o estrangeiro vender a sua força de trabalho — para o financiamento da sua acumulação e portanto para o agravamento da exploração da mão-de-obra.

— **limitando a margem de manobra da sabotagem económica, controlando eficazmente a fuga de capitais e em geral todas as operações com o exterior.**

Que passos devemos então dar para que a banca nacionalizada se transforme num instrumento ao serviço das classes exploradas e oprimidas?

O saneamento aparece como o objectivo prioritário. Só através dele se poderá correr com aqueles que decidem nas costas dos trabalhadores e sabotam as suas exigências; só o saneamento permitirá varrer os corruptos e aqueles que possuiram ligações íntimas ou ocuparam posições de destaque no aparelho de estado fascista.

Só assim se poderão criar espaços vazios que terão de ser ocupados pelos trabalhadores ou por aqueles que realmente mereçam a sua confiança, tendo sempre presente que é aos trabalhadores que deve competir a última palavra sobre a definição de uma nova política bancária.

Só assim se contribuirá de forma efectiva para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Só assim se começara a esboçar um princípio de socialização.

Núcleo de Intervenção dos Bancários do M. E. S.

Por um Serviço Social Popular

O I.S.S.S. atravessa uma importante fase de luta desencadeada no sentido de actuar de uma maneira que sirva o actual processo revolucionário para que se opere uma verdadeira democratização económica do ensino do Serviço Social.

Uma transformação que possibilite às camadas trabalhadoras o acesso ao instituto, e que este se torne assim um local onde os assuntos da assistência social sejam estudados e perspectivados correctamente, ou seja, no sentido dos interesses dos trabalhadores. Um local onde não mais se continuem a formar elites, desligadas dos problemas de exploração e miséria dos trabalhadores e dos seus interesses de emancipação. É nesta base que se fortaleceu o processo de luta, cuja reivindicação fundamental consiste na integração administrativa do Instituto Superior do Serviço Social no Ensino Superior, de forma a tornar as condições de frequência e acesso mais favoráveis a amplas camadas sociais, melhores condições de trabalho, e aligeirar de uma maneira genérica os encargos de frequência (preços das propinas, refeições nas cantinas, etc.)

O processo de luta tem assumido formas massivas de discussão e perspectivação, tendo-se realizado, na semana passada, uma manifestação pública com cerca de 300 pessoas que terminou no M.E.C. para pressionar a resposta que tarda há vários meses. Dos contactos posteriores à manifestação com o Ministério, existem já algumas medidas concretas, designadamente a atribuição dum subsídio, tendo porém ficado de pé a questão extremamente importante da integração, para cuja resolução se criará uma comissão formada por elementos das escolas de Lisboa, Porto, Coimbra, do Sindicato dos Profissionais do Serviço Social e um delegado do M.E.C.

A perspectivação política desta situação de luta ressalta claramente nas seguintes passagens de comunicados do I.S.S.S.

O ENSiNO PARTICULAR SUPERIOR EM QUESTÃO

Cientes de que não se pode desligar a natureza particular do Instituto de formação de Assistentes Sociais dos interesses e objectivos prosseguidos pela classe dominante do regime deposto, que sempre se opôs ou entravou a luta de emancipação da Escola, considera-se que para a reestruturação do Curso de Serviço Social se impõem:

— **uma efectiva democratização económica do ensino em Serviço Social, de modo a possibilitar o acesso à escola de todas as classes sociais e fundamentalmente da classe trabalhadora;**

— **pôr fim ao isolamento da escola em relação ao sistema universitário português;**

— **proporcionar uma formação em trabalho social que assente no corpo teórico das Ciências Sociais e na prática do processo de transformação da sociedade portuguesa, perspectivada na defesa intransigente dos interesses históricos da classe trabalhadora.**

AS RAZÕES DA INTEGRAÇÃO

A luta pela integração do I.S.S.S. nas estruturas universitárias oficiais é, antes de mais, a luta por um direito, a reivindicação justa de igualdade em relação aos outros estudantes, professores e funcionários, em suma às restantes escolas superiores universitárias.

O constatar deste direito fundamenta-se na contradição entre o reconhecimneto público da utilidade social do curso e a perpetuação do seu estatuto como estabelecimento de ensino superior de natureza particular.

Saneamento no Pinto e Sotto Mayor ?

Chegou-nos à redacção um comunicado da Comissão de Delegados do Banco Pinto e Sotto Mayor aos trabalhadores alertando-os para factos que consideram como «manobras provocatórias da administração» inserida numa «escalada da reacção que desde o 25 de Abril ten t a recuperar as suas posições».

O facto é que o **Dr. Damião Veloso Ferreira, eis L.P. e efecto à PIDE-D.G.S., preso no 25 de Abril e no 28 de Setembro, foi promovido a adjunto da direcção da filial do Porto,** o que a Comissão de Delegados considera como um esforço da administração para dificultar o processo conducente a «colocar a economia ao serviço do povo trabalhador».

Recordamos que da administração do banco fazem parte, o ilustre conde de Caria, o eng. Pinto Eliseu e outros...

NAS FÁBRICAS

. Na continuação da luta que os 1600 trabalhadores da «Eurofil» vêm travando desde Maio, contra; despedimentos, sabotagem económica e incompetência da administração, foi aprovado em plenário a ocupação imediata da empresa e suspensão da administração.

As investigações efectuadas pelos trabalhadores, levaram à descoberta de irregularidades de toda a órdem e conduziram a esta tomada de posição.

Foi entregue ao M.F.A. um memorando com os aspectos mais importantes das irregularidades descobertas e solicitando a sua intervenção.

Cientes que esta sua tomada de posição está na linha do espirito revolucionário inspirado no movimento vitorioso do 25 de Abril os trabalhadores da Eurofil estão fortemente seguros de que esta sua atitude contribui para a construção de uma sociedade nova, sem exploradores nem explorados.

A reacção capitalista manobra contra os trabalhadores. Na Eurofil, empresa com cerca de 1600 trabalhadores, o patronato ligado aos grandes grupos económicos (grupo Borges), avança com **medidas de sabotagem económica**, que conduzirão à falência da empresa.

Depois do 25 de Abril, o capitalista Miguel Quina, para manter as suas margens de lucro, quis despedir cerca de 300 operários, mas encontrou por parte dos trabalhadores uma tenaz resistência que o derrotou nos seus intentos. Então, os trabalhadores ocuparam também a fábrica, e com o apoio do M.F.A., conseguiram impedir os despedimentos.

Face a esta situação, em que os trabalhadores se mostraram dispostos a lutar contra a exploração capitalista e revelaram uma decidida união e firmeza, quer na Eurofil, quer noutras empresas do Grupo Borges: Mabor, «Jornal do Comércio», Star, Icesa, o capitalista Quina continuou na Eurofil a sua táctica reaccionária de acabar com a empresa e lançar os trabalhadores no desemprego, certamente na intenção de fazer com que o Estado lhe cubra os prejuízos.

E é assim que actualmente a Eurofil, empresa de ponta da Indústria Têxtil Nacional, tem neste momento 450 mil contos de divisas. E é assim que vigilância dos trabalhadores veio a descobrir e confirmar medidas de sabotagem económica, sob a forma de incompetência na gestão — **desvio de fundos** na compra de matéria prima ao estrangeiro ao preço de 1000 dólares / tonelada enquanto que o preço do mercado na Europa é de 700 dólares / tonelada.

Actualmente, os trabalhadores ocuparam instalações da empresa, **exigem a demissão da direcção, mantêm a fábrica em laboração e controlam democraticamente todo o processo, exigindo que seja o Quina que pague as dívidas e não o Estado.** O funcionamento é pois assegurado em todos os aspectos, nomeadamente pelo traçar das linhas mestras de gestão da fábrica (plano económico de sobrevivência a 6 meses) e constituição de grupos de trabalho para a levar à prática (em todos os aspectos desde o controle da conta bancária da Eurofil até à eliminação de despesas supérfulas).

Esta luta dos trabalhadores é uma luta importante e avançada. É um processo tratado de uma forma profunda, em que os trabalhadores conscientes da exploração que se exerce sobre eles por parte do capital, põem em causa a solução do seu problema na perspectiva de acabar com a exploração do capital privado, de nacionalizar a empresa sem indemnização e sob controlo dos trabalhadores.

Esta luta é uma demonstração e um passo à frente na organização do poder operário e popular, no derrube revolucionário dos sabotadores capitalistas e na construção da alternativa operária à desorganização e exploração do capitalismo.

Alentejo em luta

NOS CAMPOS

Da impressionante manifestação realizada em Beja por 20.000 trabalhadores rurais no dia 2 algumas lições podemos tirar. A primeira é a da **força organizada que constitui neste momento o proletariado rural e da sua decisão de dar um combate sem tréguas aos latifundiários.** A segunda, e que aqui, como nas cidades, **se mostrou claramente quem está e quem não está interessado em fazer avançar o processo revolucionário iniciado pelo M. F. A. no 25 de Abril.**

Apenas o P. C. P. o M. D. P. e o M. E. S. deram o seu apoio a esta manifestação.

De notar que tendo o P. S. realizado um comício em Beja no dia anterior, com a presença de Mário Soares, a luta dos trabalhadores rurais contra a exploração latifundista e capitalista não foi sequer aflorada nas intervenções do comício.

A manifestação de Beja tinha sido decidida numa assembleia de delegados sindicais realizada uma semana antes. Essa assembleia caracterizou-se pela determinação dos trabalhadores de tomarem **medidas que obrigassem os latifundiários a dar trabalho aos 4.000 homens e 10.000 mulheres desempregados que há neste momento no distrito e avançarem na ocupação de terras o que leva à expropriaçao das terras incultas e mal cultivadas e a iniciar processos de luta pela reforma agrária, que culminariam na democratização e colectivização das terras pertencentes aos grandes agrários.**

Embora tenha havido processos de ocupação de terras e outras medidas, como a obrigação de dar emprego, proibição de vender gado para abate, etc., tenham sido tomadas pelos trabalhadores rurais e o seu sindicato contra os agrários, **o que é certo é que a luta não se generalizou como seria de esperar depois de ser ver a disposição que os trabalhadores e os delegados sindicais tinham para tal.**

O que é um facto é que o proletariado rural está disposto a avançar para a expropriação dos latifúndios e quanto mais tempo se perder na tomada de medidas neste sentido mais difícil será fazê-lo. No entanto só as próximas semanas nos dirão em que sentido quer avançar o Sindicato porque o que acontece é que o **Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas tem sido, desde o seu nascimento, instrumentalizado a interesses partidários, no caso o do Partido Comunista Português.** Neste, como noutros sindicatos, as actuações dirigistas e cupulistas são um facto.

Só se tivermos isto em conta poderemos compreender as tomadas de posição doSindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Elas correspondem às tomadas de posição que o Partido Comunista Português tem assumido no decorrer da actual crise política e lembremo-nos que, embora, as zonas rurais ao Sul do País tenham importância, e nos grandes centros industriais e urbanos que se vão jogar as cartadas decisivas. Assim, a tomada ou não de medidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, que ponham em causa o poder dos grandes agrários, vai, não tenhamos dúvidas, estar condiconada às posições que o Partido Comunista venha a assumir no decorrer da crise que estamos a viver.

Também nas zonas rurais, a conquista do princípio da Unicidade Sindical não é suficiente, se bem que importante, para que a unidade revolucionária dos trabalhadores contra o capital se forje.

É preciso lutar por um sindicalismo de classe, única forma de serem os trabalhadores a gerirem os seus próprios interesses fora de qualquer tutela partidária.

TRABALHADORES VENCERÃO